

O Processo de Paz colombiano e a geração de Segurança Humana: uma análise com base nos movimentos de baixo para cima durante o Governo Pastrana

Catarina Rose Bezerra¹

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. L. Kuhlmann²

No fim do século XX, com o término da Guerra Fria e predominância de conflitos intraestatais, ocorre o surgimento de novas teorias na área da Segurança Internacional, como a da Segurança Humana. Essa teoria se preocupa não só com aspectos tradicionais, militares e de defesa nacional, mas principalmente com o indivíduo e com as questões que podem ameaçar a sua segurança, limitando suas capacidades de pleno desenvolvimento – intrinsecamente ligadas ao conceito de emancipação social. Teóricos de Segurança Humana e dos Estudos de Paz como Mary Kaldor, Johan Galtung e Oliver Ramsbotham, nos auxiliam a alicerçar a abordagem do caso colombiano. A história desse país é marcada, desde sua independência, por grandes atos de violência. No âmbito político a rivalidade entre liberais e conservadores contribuiu com o estado de violência crônica que se desenvolve até os dias atuais. Esse conflito latente deu origem aos polos belicosos da crise colombiana. De um lado os grupos insurgentes, representados principalmente pelas FARC e profundamente relacionados ao narcotráfico; por outro, o próprio Estado e as Forças Armadas, de objetivos difusos e rupturas políticas; e, por fim, os paramilitares, defensores de interesses pessoais e principais violadores dos direitos humanitários básicos. No centro da problemática e no foco desse estudo, encontram-se os civis que são repelidos por todos os lados, impedidos de emancipar-se e absorvidos pela cultura de violência do país. Durante o Governo Pastrana (1998-2002) foram apresentadas propostas que poderiam levar à geração de segurança humana, por dar uma atenção ao indivíduo que fora negligenciada até então. Diante do que foi exposto, portanto, pretendemos entender se o Governo Pastrana e sua proposta para um processo de paz promoveram segurança humana à população, ou seja, se foram criadas oportunidades e meios básicos para que ela se desenvolva em todo seu potencial, enfatizando, nessa análise, os movimentos de baixo para cima, típicos da abordagem da Segurança Humana.

Palavras-chave: Segurança Humana, conflito, Colômbia, Governo Pastrana.

¹Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
catariinabezerra@gmail.com.

² Professor no departamento de Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, houve uma modificação nas formas de conflito. Passou-se a observar um crescimento dos conflitos intraestatais, superando a antiga predominância de eventos de natureza interestatal. Por conseguinte, torna-se perceptível também, uma transformação nos estudos sobre Segurança Internacional, que ampliaram e aprofundaram o escopo da sua agenda de pesquisa, a fim de englobar não só novos temas, mas também novas perspectivas epistemológicas.

No cerne das novas formas de guerra, encontram-se os conflitos chamados “assimétricos”³, nos quais grupos de menor força lutam contra o Estado para modificar a estrutura política vigente. Tais eventos oferecem aos governos, maiores dificuldades de enfrentamento, pois são caracterizados por possuírem novas fontes de ameaças, objetivos difusos e por exigirem maiores habilidades – sejam elas tecnológicas ou estratégicas – das forças estatais. Ademais, os chamados novos conflitos não possuem uma área delimitada para batalha, atingindo completamente os civis, mesmo que esses não estejam diretamente envolvidos nos conflitos.

Partindo dessas afirmações, pode-se constatar que a América do Sul, ao contrário do que o senso comum costuma postular, não deve ser vista como uma região pacífica. Indo além das definições tradicionais de segurança – que vêm as possibilidades de conflitos sendo criadas apenas por Estados – percebe-se que essas dinâmicas podem ocorrer no âmbito interno dos países, partindo de atores não necessariamente vinculados ao órgão estatal.

Uma das principais problemáticas sul-americanas desse gênero encontra-se na Colômbia. A cultura de violência se instalou nesse país a partir da sua independência e, se desenvolveu, aumentando a área de abrangência e as motivações dos atos violentos. A base para o conflito nasceu no âmbito político, onde o poder foi sempre dividido entre dois partidos: liberais e conservadores. Essa rivalidade deu origem aos polos belicosos da crise colombiana e às suas relações assimétricas de poder. De um lado os grupos guerrilheiros, representados principalmente pelas FARC e profundamente relacionados ao problema do narcotráfico; por outro, o próprio Estado e as Forças Armadas, de objetivos difusos e rupturas políticas; e, por fim, os paramilitares, defensores de interesses pessoais e principais violadores

³ Para o Gen. Álvaro Pinheiro, tais conflitos estão caracterizados como “as situações em que um dos contendores, em presença, possui um poder de combate significativamente superior ao de seu(s) oponente(s). Normalmente, um confronto entre o Estado e um grupo não estatal de poder consideravelmente menor.” (PINHEIRO. 2006. S/P)

dos direitos humanos básicos. Por fim, no centro da problemática, encontram-se os civis que são repelidos por todos os lados, impedidos de se desenvolver e absorvidos pela cultura de violência do país.

Durante o Governo Pastrana (1998-2002) foram apresentadas propostas que poderiam solucionar o conflito, por dar uma atenção ao indivíduo que fora negligenciada até então. Tais propostas estavam reunidas no projeto para um Processo de Paz, que buscava principalmente o diálogo entre Estado e grupos insurgentes, mas também o combate ao paramilitarismo e a outros grupos violentos. Entretanto, ao final do mandato de Andrés Pastrana e com a falha dos diálogos entre as duas principais partes – governo e FARC – percebeu-se que a segurança humana – o viés mais voltado para o indivíduo – não foi privilegiada em nenhum momento das negociações.

Essa abordagem, chamada de Segurança Humana, se preocupa não só com aspectos tradicionais, militares e de defesa nacional, mas, principalmente, com o indivíduo e com as questões que podem ameaçar a sua segurança, limitando suas capacidades de pleno desenvolvimento. Uma vez colocada em pauta a importância da participação do indivíduo no conflito, teóricos de Segurança Humana e dos Estudos de Paz, como Mary Kaldor, Johan Galtung e Oliver Ramsbotham vão explicitar o seu papel essencial na resolução de eventos dessa natureza.

Levamos em consideração que, para essas correntes, o papel da sociedade civil na solução de conflitos é tão importante quanto o das Forças Armadas, foco comum dos estudos clássicos. Como exemplo de tal atuação, destacamos, na presente pesquisa, os chamados *movimentos de baixo para cima*. Essa dinâmica é apresentada por Ramsbotham como *peacebuilding from below* (PFB), processo através do qual se objetiva dar o poder necessário às comunidades, para fazer delas *peacemakers* locais. Tal empoderamento daria às comunidades a possibilidade de reconstruir as instituições locais e buscar a formação de uma cultura de paz.

Desse modo, estruturamos o artigo em três partes: iniciando com a descrição histórica colombiana, focando no governo de Andrés Pastrana (1998-2002). Em seguida, apresentamos o embasamento teórico, com alguns dos principais pontos da nova agenda de Segurança Internacional – teorias da Segurança Humana e de Resolução de Conflitos, além de conceitos como o de *peacebuilding from below*. Por fim, trataremos do paralelo entre o Governo Pastrana e as teorias apresentadas, buscando avaliar suas contribuições ou falhas para a questão colombiana.

1. ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A origem dos Estudos de Segurança Internacional contemporâneos, costumam ser associados à escola dos Estudos Estratégicos. A escola em questão representa uma das principais correntes do estudo de segurança internacional. Segundo Barry Buzan é a literatura tradicionalista clássica, que define o sujeito em termos políticos-militares e se concentra nas dinâmicas militares. Os Estudos de Paz foram a linha de pensamento clássica de oposição aos Estudos Estratégicos. Buscavam reduzir ou eliminar o uso da força nas relações internacionais, além disso, faziam destaque aos perigos do debate estratégico – em especial, a um possível conflito nuclear – e colocavam a importância da segurança individual lado a lado (ou, às vezes, contra) a segurança estatal, o que demonstra uma variação nos seus referenciais.

Os estudos de segurança sofreram um grande impacto com o fim da Guerra Fria, um desses aspectos parece ter sido a evolução das questões regionais de segurança, que ganharam um caráter mais autônomo e proeminente, assim como a ascensão da noção de novas ameaças, distintas da tradicional ameaça militar estatal. Deve-se muito desse processo ao fim da bipolaridade e da rivalidade de superpotências, sem estas se intrometendo em todas as regiões, os atores locais tiveram mais espaço para se movimentar.

Novas preocupações tomavam conta da agenda, havia o temor de que estes conflitos e problemáticas tais como terrorismo e os rogue states, pudessem representar um risco vindo da zona de conflito – no hemisfério sul – para a zona de paz – o mundo desenvolvido. Outras questões que ganharam muita atenção foram a continuidade da proliferação de armas de destruição em massa, o aumento nos conflitos intraestatais; o aumento das migrações; os refugiados; a destruição do meio-ambiente; propagação do HIV/AIDS. Os níveis regionais e individuais ganhavam, então, o destaque que o havia sido subordinado ao nível global e Estatal durante a Guerra Fria.

Não é possível afirmar que estes estudos entraram numa crise de identidade nesse período, entretanto, é prudente analisar uma ruptura seguida por uma grande adaptação da sua agenda aos novos temas, estimulada pela ação de novas correntes, doravante chamadas *wideners* e *deepeners*⁴. Com essa modificação, ascendem à agenda de debate novos elementos

⁴ No tocante ao referente de segurança, convencionou-se chamar o processo de aprofundamento, isto é, a ampliação de referentes para objetos além do Estado, como organizações, instituições ou o próprio indivíduo, de *deepening*. Já o *widening* diz respeito ao movimento de alargar a agenda. Incluir as novas ameaças, e outros setores da segurança no debate.

e setores da segurança, novos conceitos de risco e novas fontes de ameaça, como, por exemplo, o indivíduo.

1.1. Segurança Humana: o indivíduo como foco

Dentro desses novos estudos, estão aqueles que falam da Segurança Humana. A primeira vez que a ideia foi tratada, de maneira efetiva, foi em 1994, num relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O conceito englobava, então, não apenas questões territoriais tradicionais⁵ e referentes ao Estado como objeto, trazendo ao foco, também, dimensões da segurança tais como a econômica, alimentar, política, ambiental e comunitária. Dessa forma, havia uma adaptação ao cenário das novas ameaças presentes em todos os países no pós Guerra Fria, mas, principalmente, naqueles que ainda não são considerados como desenvolvidos.

Epistemologicamente, a nova abordagem procura tanto o alargamento do conceito, gerando a securitização de temas – que passam a ganhar uma maior importância dentro dos assuntos estatais – como também, um aprofundamento de suas definições. Do ponto de vista metodológico, por sua vez, há uma alteração no que diz respeito aos seus objetivos. Em certos momentos a Segurança Humana estará mais preocupada em como conter a violência do que em “vencê-la”. (KALDOR; BEEBE, 2010) De fato, Kaldor não descarta em momento algum a utilização da força militar para estabilização de um conflito. Na verdade, o problema se encontra na forma que a interferência é feita.

Tendo como base as definições de Johan Galtung (1964) – acerca daquilo que ele denomina como sendo paz negativa e paz positiva – pode-se constatar que aquilo que é definido como “segurança” pelo senso comum possui um significado negativo. Na realidade a significação do termo vai muito além desse entendimento simplista, pois não se refere apenas à ausência de ameaças através do uso da força, mas a algo muito mais amplo, que proporciona proteção mas, também, liberdade, tornando possível a emancipação pessoal. Tal possibilidade

⁵ Os estudos tradicionais estratégicos de segurança têm como foco principal o Estado. Na verdade, os autores como Waltz, Carr, de certa forma Hedley Bull, entre outros autores que foram as bases para o realismo e o neorealismo, são grandes defensores de uma abordagem materialista que considera a posição estatocêntrica como único modo de se estudar segurança internacional, além de não ser algo passível de discussão. As ameaças, para estes, são, primariamente, externas, privilegiando os conflitos interestatais. Além disso, disso não consideram como problema de segurança, o narcotráfico, as guerrilhas e os problemas internos, portanto têm uma visão totalmente diferente, também, de como resolver tais problemas.

é dada, a nível estatal, quando ele como monopolizador do poder e da força, sana as necessidades básicas da população e proporciona oportunidades igualitárias a todos.

Amplamente vinculadas à supracitada percepção de segurança como um conceito positivo, estão as discussões sobre a Segurança Humana. De forma sumária às nossas considerações, a abordagem é definida por Kaldor e Beebe em três dimensões: (a) uma predominância da segurança dos indivíduos e das comunidades nas quais eles vivem, sobre a tradicional segurança dos Estados e suas fronteiras; (b) preocupação com diferentes formas de seguranças, além da preocupação com a ameaça externa – uma preocupação com a escassez de recursos também no âmbito interno; e (c) o reconhecimento da segurança em diferentes lugares, ou seja, o conceito em âmbito global, transportado por diversos meios, como terrorismo, doenças e pandemias. Observamos, dessa forma, a preocupação com diversos tipos de insegurança, que agem impedindo que a população consiga aquilo que Galtung (1967) vai chamar de *freedom from fear*⁶ e *freedom from want*⁷, caracterizando, assim, um cenário de extremas incertezas e ausência constante de segurança.

É nesse sentido também, que o que antes gerava um sentimento de insegurança nos indivíduos, deixou de ser aquele referente à guerra entre estados, como no período da Guerra Fria, no qual havia uma iminência de confronto nuclear entre duas grandes potências, geograficamente localizadas em continentes diferentes. Atualmente, o maior medo da população e até mesmo de seus governantes são conflitos caracterizados justamente pela assimetria de poder e pelo caráter irregular, constituídas pela própria população dos países.

Dessa forma, ainda de acordo com Kaldor (2011) somente os próprios civis pertencentes ao Estado, podem construir a segurança – aqui consideramos aquela que está ligada a paz positiva – com estabilidade em sua nação. Com base em Kaldor e Beebe (2010) é fundamental que o Estado entenda o inimigo – que na maioria das vezes é ou faz parte da sua própria população – procurando conhecer profundamente os problemas pelos quais passam e tentando saná-los desde sua base, para que ambos os lados percebam-se como iguais e sejam capazes de estabelecer acordos. É a partir de tal processo, portanto, que vão surgir as

⁶Por "*freedom from fear*" nos referimos a um estado de relações tal que os indivíduos e nações preveem, com uma alta probabilidade, um grande evento negativo, no futuro, um evento com uma utilidade negativa relativamente alta, e essa expectativa domina sua vida e existência - se eles vivem sob a sombra de enchentes, terremotos, fome, guerra (interna ou externa) ou outras calamidades.

⁷ Por "*freedom from want*" implicamos que nem na vida dos indivíduos nem na vida das nações, as necessidades primárias devem ficar não satisfeitas. Assim, nos referimos principalmente àquelas necessidades como fome, sede, abrigo, sexo, segurança básica.

oportunidades de reconstrução social no local afetado pela violência, seja ela causada por fatores internos ou externos. (KALDOR; BEEBE, 2010)

Para a perspectiva tradicional, a teoria da Segurança Humana é utópica ao afirmar que a solução de um conflito pode estar no modo de interação entre aqueles que ameaçam e os que estão sendo ameaçados. Enquanto no campo teórico essa premissa parece consensual, o mesmo não é atingido, tão facilmente, em termos práticos.

1.2. Modelos de Resolução de Conflitos e os Estudos de Paz

O conceito de Segurança Humana, para autores como John Cockell, está intrinsecamente relacionado às teorias desenvolvidas pela escola de Resolução de Conflitos. Segundo ele, "a construção da paz (*peacebuilding*) é um processo contínuo de prevenção de ameaças internas à segurança humana advindos de conflitos violentos prolongados." (COCKELL APUD. PARIS, 2001. p.93) Essa corrente que surgiu no período do entre guerras e se desenvolveu durante a Guerra Fria, teve a sua origem vinculada às agendas dos Estudos de Paz, concentrando suas preocupações, primordialmente, na refutação de preceitos criados dentro dos Estudos Estratégicos Tradicionais.

A disciplina é subdividida tradicionalmente, por alguns dos mais importantes acadêmicos – como Oliver Ramsbotham, Tom Woodhouse, Hugh Miall – em três processos. Tais modelos compartilham muitas similaridades essenciais, como a opção velada por ações de não violência, pacifismo e prevenção de conflitos – além das políticas explícitas de resolução.

Partindo, portanto, dos escritos de alguns dos maiores pensadores acerca dos Estudos de Paz – especialmente Johan Galtung e John Burton – compreende-se a evolução das discussões sobre mediação e solução negociada de conflitos, fazendo nascer esses três pontos, ainda embrionários, do que seriam os paradigmas mais consagrados da resolução de conflitos como prática e disciplina. Tais terminologias – *peace-enforcement*⁸; *peacekeeping*⁹ e, com atenção fundamental no caso ora abordado, os processos de construção da paz, ou

⁸ O *peace-enforcement* é caracterizado pelo uso da força e falta de consentimento de uma ou mais partes.

⁹ O modelo de *peacekeeping* caracteriza-se por processos que se limitam a manter o cessar-fogo e estabilizar os ânimos entre os dois atores envolvidos, como também empreender esforços de caráter político para chegar, pelas vias pacíficas, à solução do conflito.

*peacebuilding*¹⁰ – podem ser aplicadas à análise de qualquer ação destinada a solucionar eventos de segurança, seja por Estados ou outros atores, a exemplo da ONU.

Assim como o processo de prevenção de conflitos, as teorias de resolução dessas contendas, também acabaram se tornando *mainstream*, em diversos aspectos – transformando-se num objetivo político explícito dos envolvidos. De tal maneira, faz-se necessário à presente pesquisa, procurar identificar sinais desses processos dentro das políticas desenvolvidas pelo Estado colombiano no período em questão. Para tanto, abordam-se os processos de *peacebuilding*, em um formato peculiarmente observado nos estudos de Ramsbotham.

1.2.1. *Peacebuilding from below*: os movimentos de baixo para cima

A maioria das ideias sobre *peacebuilding* surgiram durante o apoio a grupos locais nos conflitos dos anos 90. A literatura a respeito do conceito de *peacebuilding*, assim como outras pertencentes às novas agendas, leva em consideração particularidades e a complexidade de cada conflito. Essa ideia de *peacebuilding* ascendeu mediante fatores importantes referentes ao crescimento do debate sobre a ‘geração de paz’ no pós-conflito. Tais fatores dizem respeito a mudança na forma de enxergar as formas de resolução de conflitos, levando consideração não apenas acordos de paz manipulados pelas elites, mas, primordialmente, o empoderamento de comunidades destruídas pela guerra, reconstruindo a sociedade “de baixo para cima”, ou seja, desde sua base.

Tal revisão de pensamento levou a uma maior compreensão acerca de três pontos: 1) primeiro, que localidades mergulhadas em uma cultura de violência oferecem uma barreira muito forte aos meios tradicionais de resolução de conflito e construção da paz; 2) depois, que os acordos de paz pós-conflitos devem estar baseados na construção de estruturas que possam erodir a cultura de violência e sustentar o processo de paz em longo prazo; 3) em terceiro, que os atores locais e não governamentais exercem um papel fundamental no processo, estabelecendo a ligação do conhecimento popular do problema com a solução formal. Esses conflitos, tipicamente intraestatais, apresentaram enormes desafios aos *peacemakers* ocasionando o surgimento de abordagens que seriam tidas como embriões do chamado *peacebuilding from below* (PFB).

¹⁰ O processo de *peacebuilding* é denominado, pelo manual das Nações Unidas, como aquele no qual são empreendidas medidas a fim de evitar que as hostilidades e o conflito em si recomecem.

Na abordagem tradicional, os locais são vistos como o problema, e a solução é algo vindo de fora. No entanto, no PFB, as soluções derivam e são construídas com os recursos locais. Esse enfoque não nega a necessidade de um papel dos atores externos – como o da ONU, por exemplo – mas os obriga a repensar suas funções e integrá-las a nível local. Tal mudança de pensamento alterou a ênfase na resolução de conflitos, mudando da abordagem estrangeira neutra para uma parceria com os atores locais, parte fundamental do PFB.

Segundo Ramsbotham, o processo de PFB não pode ser visto isoladamente do processo maior de resolução do conflito, confrontando o impacto do nível global nas comunidades locais. Nesse processo, dois desafios se apresentam: primeiro, controlar a violência e, segundo, ligar o controle da violência à reconstrução das relações no nível da comunidade. Dessa forma, entende-se que o problema prático do peacemaking encontra-se na tentativa de produzir uma sociedade tolerante, mesmo estando cercada pelos furiosos sentimentos intrínsecos a uma guerra e propícios à evolução de uma cultura de violência.

Ramsbotham, Woodhouse e Miall, apontam para alguns estudos que produzem baseados nas ideias do educador brasileiro Paulo Freire. Seu trabalho redefine as formas de interação entre aluno e professor, passando da opressão para a liberdade. Desse modo, dentro da resolução de conflitos, o PFB conecta-se a ideia de libertar as comunidades da opressão, da miséria e da violência, num projeto cujo principal objetivo é a criação de culturas de paz – nos termos de Galtung. Nesse modelo, os futuros são negociados, cultivados e legitimados, sem imposições, mas de forma integrativa.

2. HISTÓRICO COLOMBIANO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE VIOLÊNCIA

A República da Colômbia foi, até o século XV, lar de nativos de diversas tribos, que sofreram com o impacto da chegada dos colonizadores espanhóis. Assim como outros tantos países sul-americanos, a Colômbia – antes inclusa no chamado Vice-Reino de Nova Granada, juntamente com países como Panamá e Equador – passou por três séculos de exploração colonial, o que acarretou no início dos movimentos de independência que começaram no início do século XIX e que só tiveram fim, no ano de 1819 após muito derramamento de sangue¹¹. Com a autonomia conquistada, firmou-se a região que ficou conhecida como Grã

¹¹ “Houve ainda oito guerras civis nacionais, quatorze guerras civis locais, várias pequenas revoltas, duas guerras com o Equador e três golpes de Estado” (SIMONS. 2004. P 39).

Colômbia, constituída pelos atuais territórios da Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, e liderada por Simon Bolívar¹². Com o gradual processo de separação de tais nações, o mapa da região, como o conhecemos hoje, foi se estabelecendo.

Em toda a história colombiana, existem profundos traços de violência causada por motivações políticas. Daniel Pecáut (2010) aponta que desde a formação da república, o poder vem sendo compartilhado entre os partidos Conservador e Liberal, surgidos no período de 1840, ou, pelo menos, na metade do século XIX. Tal momento-chave representa a polarização da sociedade colombiana, então radicalmente dividida “entre os dois agrupamentos, que incluíam membros de várias origens sociais, como as elites econômicas, a classe média e pobres do campo e das cidades.” (CASTRO, 2009, p. 22). Essa rivalidade entre eles – além das disputas por terras, que marcam todo o histórico da sociedade – desencadearam diversas guerras civis, dando origem à instabilidade e fragmentação, presentes na região. Pouco mais de 50 anos após a criação dos partidos, eclodiria um dos conflitos mais sangrentos da história da Colômbia, que ficaria conhecido como a Guerra dos Mil Dias, responsável pela morte de cem mil pessoas¹³.

Durante os séculos XIX e XX, as terras cultiváveis do país, eram divididas entre os pequenos camponeses, que plantavam para a sua subsistência. Nessas áreas, o governo, muitas vezes, não conseguia chegar e, por esse motivo, as elites locais tomavam o espaço que deveria ser do governo, descaracterizando a sua figura perante a população – isso se perpetuou em toda a história da Colômbia, criando um afastamento entre Estado e sociedade.

Com a virada do século, entretanto, essas mesmas terras foram apropriadas e utilizadas pelos grandes latifundiários da região, o que, praticamente, anulou a liberdade daquele pequeno agricultor. A partir desse momento, o camponês de subsistência passaria a trabalhar como empregado do grande produtor. Ademais, como o Estado não regulou corretamente as ocupações, não houve uma preocupação com a produtividade que estas propriedades teriam. Assim sendo, muitas daquelas terras previamente apropriadas passaram a ser utilizadas para a pecuária extensiva, o que inutilizava a mão-de-obra agricultora, desalojando enormes

¹² Simón Bolívar foi um militar venezuelano, considerado na América Latina como um herói, visionário, revolucionário, e libertador. Durante seu curto tempo de vida, liderou a Bolívia, a Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela à independência, e ajudou a lançar bases ideológicas democráticas na maioria da América Hispânica.

¹³ Apesar do consenso quanto à brutalidade da Guerra dos Mil Dias, há controvérsias quanto ao número de mortos. Para muitos historiadores, 100 mil mortos, número aqui apresentado, seria um dado exagerado, no entanto, este é o marcador mais utilizado em documentos oficiais quanto ao conflito.

números de trabalhadores. Tal movimento gerou os primeiros conflitos extremos da Colômbia, ainda latentes na sociedade.

No ano de 1948, um dos grandes líderes do partido liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado. Segundo Alessandro Visacro (2009) este é o primeiro marco na memória coletiva colombiana, pois Gaitán estava bastante associado às questões da terra, além de ter favorecido a entrada de líderes camponeses e comunistas no cenário político nacional. Seu discurso afirmava estar além dos conflitos políticos presentes até então no país, colocando-se acima das disputas oligárquicas, e, por isso, ele conseguia mobilizar uma grande parcela da população. A morte de Gaitán desencadeou uma série de motins e agitações urbanas que duraram vários dias na cidade de Bogotá. Essa ocasião datada como a primeira manifestação reconhecida de violência no país, ficou conhecida como *Bogotazo*

Os conflitos se agravaram entre os dois partidos líderes do cenário político nacional, a partir desse episódio. A elite adquiriu uma incerteza de seus atos, por medo da reação das massas, algo que com revolta dos líderes da terra, certos de que a morte de Gaitán havia sido planejada e executada pelos líderes da oligarquia local. Liberais e Conservadores, por sua vez, acirraram as suas rivalidades, chegando ao extremo que ficou conhecido como *La Violencia*, episódio no qual tais divergências políticas atingiram a população de forma a gerar uma guerra civil. No intervalo de 1946 a 1962, a crise civil proporcionou traumas à sociedade colombiana, na forma de homicídios, assaltos, perseguições, entre outros crimes que deixaram milhares de mortos e marcaram fortemente a história do país.

Nesse período, acontece um Golpe de Estado¹⁴, realizado pelos militares que elegeram o Gen. Gustavo Rojas Pinilla para o cargo da presidência. Uma série de acordos se seguiu ao período em questão, os partidos chegaram a uma tentativa de paz, chamada de Frente Nacional. Entre os concertos firmados, estava a rotatividade da presidência, ou seja, a alternância entre políticos liberais e conservadores no cargo maior do Estado. Além disso, do mais alto ao mais baixo, todos os cargos políticos passaram a ser divididos igualmente entre eles. Por muitos anos, esse sistema se sustentou, gerando certa estabilidade a nível institucional.

Do ponto de vista social, a Colômbia sempre enfrentou diversos problemas, que se perpetuaram em sua história. Um dos principais fatores para tal é o grande acúmulo de terras nas mãos de poucos e a ausência determinante de uma reforma agrária – a maior concentração

¹⁴ Mais informações sobre como se deu o Golpe que removeu o presidente Laureano Gomez do poder em: <http://web.presidencia.gov.co/asiescolombia/presidentes/55.htm>

de habitantes se dá nos centros urbanos, especialmente após a formação dos grandes latifúndios, que, por sua vez, ficam próximos ao litoral (PÉCAUT, 2010). Dessa forma, mesmo em 1964, um dos focos de guerrilha surgida na época de *La Violencia*, resistiu. A fim de minimizar tal resistência naquela área – a região de Marquetalia – o governo passou a denomina-la como uma república de pretensões independentistas e ordenou que o exército atacasse incisivamente. Antes que todo o foco de resistência fosse dizimado, algumas famílias conseguiram se retirar do local. Como se constataria posteriormente, as FARC consideraram esse episódio como um a declaração flagrada do reinício do conflito.

Já em 1961, o Partido Comunista da Colômbia havia se manifestado com sua máxima de “todas as formas de luta”, propondo uma combinação da luta política com a armada, com aponta Pecáut (2010). O surgimento, principalmente, das FARC, mas também de outros grupos, como o ELN (Ejército de Liberación Nacional), o EPL (Ejército Popular de Liberación) e o M-19 (Movimento 19 de abril), que queriam reformar o sistema político vigente, foi fomentada por tal movimentação, após o cenário de *La Violencia*, em 1966. Inicialmente, era possível identificar, em tais grupos, um viés mais político, entretanto, em determinado momento, principalmente graças à associação com o narcotráfico, eles iriam adquirir uma natureza muito mais armamentista sendo, inclusive, considerados grupos terroristas, em diversas circunstâncias.

3. O GOVERNO PASTRANA E O PROCESSO DE PAZ (1998-2002)

O período conhecido como Frente Nacional, durou 16 anos. Após isso, diversos presidentes passaram pelo governo, tanto liberais quanto conservadores, porém sem precisar atender a regra de revezamento do poder. Dessa forma, já no governo de César Gaviria Trujillo, no ano de 1993, o movimento civil pela paz começa a se organizar e ir de encontro à política de “guerra integral”¹⁵ lançada nesse período. A partir daí, outras organizações sociais com os mesmos objetivos começaram a surgir ou a se solidificar, como é o caso da

¹⁵ A política de embate que ficou conhecida como "Guerra Integral" ou "Guerra Frontal" ocorreu durante o governo de César Gaviria, na Colômbia (1990 - 1994). Sua elaboração ocorreu em reação à resposta hostil, por parte dos grupos guerrilheiros à tentativas de diálogo e negociações anteriores. O governo desenvolveu, então, uma política de ofensiva permanente, com altos investimentos no termo bélico, fomentados, inclusive por novos "impostos de guerra". As consequências desse período foram investidas muito agressivas, especialmente por parte das FARC e do ELN, em setores distintos do governo, desde a mais comum violência urbana, até o ataque a infraestrutura petrolífera do país, causando severos prejuízos e uma pequena crise energética no país. Como reflexo do período, os grupos paramilitares se multiplicaram travando grandes disputas territoriais com as guerrilhas.

REDEPAZ (Red Nacional de Iniciativas por la Paz y Contra la Guerra)¹⁶ e logo em seguida o Movimiento de niños y niñas por la paz¹⁷, demonstrando que o anseio de paz havia deixado de ser tema de debates entre acadêmicos e passava a ser preocupação comum à toda população.

Nas eleições de 1994, na disputa entre o conservador Andrés Pastrana Arango e o liberal Ernesto Samper, o último saiu vitorioso. Apesar da percepção de que a desmilitarização de algumas regiões facilitaria o diálogo com os guerrilheiros, o mandato de Samper ficou marcado por uma série de escândalos. As conturbações se deram pelo suposto envolvimento do presidente com os grupos guerrilheiros, o que englobaria até mesmo financiamento de sua campanha com dinheiro advindo das práticas ilegais dos grupos. Ademais, a Colômbia também passava, nesse período, por uma forte crise econômica, o que prejudicava ainda mais a imagem do governo.

Após os quatro anos de governo Samper, Andrés Pastrana candidatou-se novamente à presidência nas eleições de 1998. A sua candidatura – assim como a do seu adversário Horacio Serpa – teve sua plataforma política baseada nas aspirações por um Processo de Paz, advindo de boa parte da população, que passava a se inserir em vários movimentos em favor da paz. A capacidade de dialogar diretamente com líder e membros das FARC¹⁸, com objetivos pacificadores, fez com que Pastrana se elegeisse, mesmo com uma mínima diferença no percentual dos votos – 51% a 47% do outro candidato.

Assim, as negociações têm início oficialmente em 7 de janeiro de 1999, num evento em San Vicente del Caguán. No entanto, doze dias depois, os paramilitares foram responsáveis por um massacre, que fez com que as negociações congelassem até abril desse ano, fazendo com que as FARC voltassem a realizar sequestros e a descumprir acordos. Após esse período, as negociações voltaram a acontecer, no entanto, em de junho de 1999 – após o Ministro da Defesa ter renunciado ao cargo, por discordâncias em relação as zonas

¹⁶ A "Red Nacional de Iniciativas por la Paz y contra la guerra" (REDEPAZ) é uma organização que surgiu no ano de 1993. É uma iniciativa civil com o intuito de articular diversos processos regionais que se opunham à extensão da guerra e da violência. A Rede atua em todo o território nacional colombiano, tendo como objetivo a construção de uma nação que tenha como eixo a Paz, a civilidade e a democracia. Para mais informações sobre a REDPAZ, consultar: <http://www.redepaz.org.co/>

¹⁷ O "Movimiento de niños y niñas por la paz" é uma organização criada no ano de 1996 e que atua, hoje a nível nacional, mas especialmente no departamento de Antioquia. Surge da colaboração entre diversas instituições tais como a REDEPAZ (Red Nacional de Iniciativas por la Paz y Contra la Guerra), a UNICEF- Colômbia e mais de 20 outros aliados. O grupo possuía o objetivo de elevar o protagonismo das crianças na luta pelos seus direitos em meio aos conflitos do país. Para mais informações sobre o Movimiento de niños y niñas por la Paz, consultar: http://www.saliendodelcallejon.pnud.org.co/buenas_practicas.shtml?x=7113.

¹⁸ No que diz respeito à interação entre Pastrana e os movimentos de guerrilha, é válido ressaltar que aquele, durante a sua campanha, enquanto prefeito da cidade de Bogotá sofreu um sequestro por parte do cartel de Drogas de Medellín. Sua campanha ficou em suspenso, houve protestos generalizados e greve de jornalistas. Foi libertado pela polícia oito dias depois.

desmilitarizadas¹⁹, sequestros em massa voltaram a acontecer. No fim do primeiro ano de negociações, percebia-se que não havia um desejo real de ambos os lados, em negociar, pois o grupo guerrilheiro continuava ofensivo e o governo endurecia suas decisões.

O ano 2000 começou com o Processo caminhando da mesma forma, pois em várias ocasiões o grupo guerrilheiro descumpria os acordos e continuava a realizar grandes atos de violência. A Colômbia se encontrava num período de paz armada, onde o diálogo seguia três direções: primeiro, as negociações formais, que não conseguiam sucesso; depois, as audiências públicas, que eram sempre caóticas e não obtinham a efetividade esperada; e, por fim, as reuniões de cúpula onde se negociava questões como o cessar-fogo e a troca de prisioneiros, que não estavam dentro da agenda.

No terceiro ano de Processo de Paz, as desconfianças cresciam entre as partes. Nesse momento, as zonas desmilitarizadas se expirariam, porém, para prolongá-las, foi assinado o Acordo de lós Pozos²⁰. Entretanto, após essa decisão, as Forças Armadas da Colômbia, retiraram o seu apoio ao Processo, o que dificultava o seu prosseguimento. Ademais, as FARC passavam por uma fase de oscilação entre as ações políticas e militares, resultando em vários congelamentos nas negociações.

Por fim, o ano de 2002 iniciava-se com o rompimento do Processo de Paz. Atores internacionais como a ONU e o Grupo de Países Amigos²¹ se ofereceram para ajudar na retomada das negociações. Entretanto, apesar de ter um resultado inicial positivo – o Processo e a assinatura de acordos foram retomados – alguns dias depois, o presidente encerra permanentemente as negociações após as FARC realizarem mais um sequestro. Assim, após o rompimento, as opiniões externas se dividiam ao discutir quem seria o culpado pelo fim da pacificação, porém, ficou evidente que as circunstâncias internas se colocaram a todo momento de forma desfavorável, demonstrando, de ambos os lados, a falta de real interesse na resolução do conflito.

¹⁹ Previstas para durarem noventa dias, as zonas desmilitarizadas foram uma iniciativa do governo colombiano, com o objetivo de facilitar o diálogo com as FARC. Abrangia San Vicente del Caguán, em Caquetá, e de La Uribe, Mesetas, La Macarena y Vista Hermosa, em Meta, com uma extensão de 42.139 Km². Na prática, significava a suspensão das atividades de monitoramento e controle, nas regiões, além da suspensão de ordens de captura contra alguns líderes do movimento guerrilheiro. (ALVES, 2005, p.76)

²⁰ O Acordo de Los Pozos foi um tratado de 13 pontos assinado em nove de fevereiro de 2001 entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do governo do presidente Andrés Pastrana, durante as negociações de paz no meio do conflito armado colombiano. Foi assinado em Los Pozos, área rural da cidade de San Vicente. O acordo, na íntegra, com todas as suas diretrizes, pode ser acessado em: http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CO_010209_Acuerdo%20De%20Los%20Pozos.pdf

²¹ O Grupo de Países Amigos da Colômbia, na citada ocasião, contava com França, Cuba, Suécia, Espanha, Itália, Noruega, Canadá, Suíça, México e Venezuela.

3.1. Participação civil: marcos de um anseio de paz

Desde o ano de 1993, com o Primeiro Encontro Nacional de Iniciativas Contra a Guerra e pela Paz, – que viria dar origem a REDEPAZ e, posteriormente, ao Movimiento de niños y niñas por la paz – os movimentos civis pela paz começaram a se desenvolver por meio de vários grupos e iniciativas. Dois anos depois, em 1995, alguns deles ganharam mais força assumindo papéis importantes na definição da plataforma política dos candidatos à presidência nas eleições de 1998 e do que viria ser o Processo de Paz.

Assim, um dos mais expressivos movimentos no período entre 1995 e 1996, foi Comissão de Conciliação Nacional (CCN), convocada pelo Monsenhor Pedro Rubiano Sáenz – então presidente da Conferência Episcopal da Colômbia. A CCN tinha o objetivo de buscar soluções políticas ao conflito colombiano, ser uma instância para acompanhar os esforços de paz do país e facilitar a criação de vínculos de encontro entre o governo nacional, os movimentos insurgentes e os grupos de autodefesa.

Não era a primeira vez que a igreja buscava uma participação ativa. Em 1987 os padres da Companhia de Jesus elaboraram o Programa por La Paz, que tinha como objetivo trabalhar para a geração da paz e para inseri-la na cultura colombiana. Desse modo, até o ano de 2001, o programa havia apoiado mais de 150 organizações que objetivavam apoiar o desenvolvimento integral da população. A partir daí, entretanto, após dez anos de atuação, o Programa reestruturou sua forma de atuação em quatro etapas: primeiro, focar numa educação para a paz; depois, dar base para o fortalecimento de movimentos civis pela paz; num terceiro momento, atrair a opinião pública para apoio à reconciliação e a negociação política da paz; e, finalmente, ampliar as ações de paz dos jesuítas na Colômbia.

Ao contrário da posição impassível tradicional do setor empresarial colombiano, observada anteriormente, foi possível perceber, a partir de 1998, um envolvimento maior da classe com assuntos referentes ao tema da paz. A crise econômica e política, provocada durante o governo Samper, gerou, também nos empresários, a vontade de se envolver e se definir ativamente diante das propostas do Processo de Paz, apresentadas por Andrés Pastrana desde a sua campanha. Houve uma movimentação no setor que se traduzia em um documento, promulgado durante a Assembleia Nacional da ANDI (Asociación Nacional de Empresarios de Colombia) de 1999, que trazia o posicionamento favorável do empresariado em relação à Agenda Comum por uma nova Colômbia. Tal agenda tinha como pauta a preocupação com a qualidade de vida da população colombiana e com uma distribuição de renda mais equitativa,

incluindo a realização da reforma agrária integral – buscando uma relação democrática entre Estado e sociedade.

Apesar dessa decisiva participação social a favor da pacificação do conflito, especialmente no período anterior à eleição de Andrés Pastrana e na formulação do projeto do Processo de Paz, o que aconteceu na realidade foi uma dinâmica visivelmente exclusiva. Isso se deu, principalmente, devido ao pequeno espaço cedido à participação de certos segmentos da sociedade colombiana. Do lado do governo, o grupo negociador era formado, em esmagadora maioria, por representantes do partido governista. Apenas dois membros – de um total, já reduzido, de quinze – eram representantes do Partido Liberal, e, dentre esses somente uma mulher em todo o grupo, assim como um emissário da igreja e um militar. Outros importantes grupos da formação social do país, como negros e indígenas – que, juntos, somam um terço da população colombiana – sequer foram representados (ISACSON, 2003. APUD. ALVES, 2005. p.85).

Por outro lado, também os grupos guerrilheiros, se esvaíam de representatividade legítima. Uma vez que não reconheciam os movimentos urbanos pela paz como verdadeira expressão da população – um papel que, para eles, cabia somente às FARC – as negociações, por vezes, esbarraram em obstáculos ideológicos. Em suma, num aspecto prático, a participação social foi quase nula.

A única ferramenta criada, para a inserção social, foi o chamado “Comitê Temático”, um espaço fornecido à população para que se apresentassem propostas de temas a serem adicionados à agenda de negociação. Com essa oportunidade em mãos, uma enorme quantidade de cidadãos colombianos se dirigiu às zonas desmilitarizadas com o intuito de expor seus anseios. No entanto, isso resultou em uma caótica avalanche de discursos, desordenando assim o foro do debate e extinguindo a única oportunidade para a participação efetiva da sociedade.

3.2. Analizando o ocaso do Processo de Paz: motivos e resultados

O ocaso do Processo de Paz além do agravamento da situação econômica e o pouco avanço na prestação de serviços sociais básicos apontam, indubitavelmente, para um fracasso no governo Pastrana. Apesar de haver alcançado uma maior legitimidade internacionalmente – em especial junto aos EUA – e, ainda que de forma limitada, no âmbito interno, para o governo, como uma instituição política, Pastrana definitivamente não obteve êxito no que diz

respeito à geração da Segurança Humana. A população, em seu governo, foi assolada por níveis de desemprego que cercavam os 18% e houve um profundo transbordamento da violência nos meios urbanos (RESTREPO, 2004, p.48).

Um dos maiores responsáveis por esse aumento da desordem urbana são os chamados grupos paramilitares. Um dilema político acabou atravessando-se no processo de paz, uma série de acusações trocadas entre o presidente Pastrana e o chefe paramilitar Carlos Castaño foi toda a interação que os dois lados tiveram, no período em questão. Na prática os grupos paramilitares jamais estiveram na pauta do processo de paz, ou seja, nunca houve diálogo em tempo. Da mesma forma, os grupos não foram confrontados pelo governo, a não ser por irrelevantes resistências militares. Escanteados politicamente, os grupos de autodefesa puderam se fortalecer e desenvolver, somando às suas atividades os vínculos com o narcotráfico, que pareciam necessários para suprir os gastos militares da extrema direita. O desenvolvimento do grupo se traduzia em uma ampliação brutal do número de mortes entre a população civil, e os paramilitares – apesar de renegados no processo – constituíam um dos maiores obstáculos à paz e, conseqüentemente, a geração de segurança ao cidadão colombiano. (ALVES, 2005)

A corrupção política não sofreu grandes alterações e, acima de tudo, a frustração com a equivocada condução das negociações mantiveram uma sombria tradição na Colômbia – a população segue depositando boa parte de sua fé nos novos governantes, em vez de crer nas instituições políticas formais (RESTREPO, 2003). Essa situação de desapontamento com a fórmula das negociações de paz, somada ao pouco interesse das FARC no processo, levaram a sociedade a um estado de desânimo com o tema da paz. Esse abatimento foi um terreno fértil para uma mudança de eixo no tocante ao andamento da relação entre governo e FARC, que se daria a partir do governo seguinte.

Desse modo, é perceptível que apesar dos pontos favoráveis iniciais ao Processo de Paz, – tanto internos, com as movimentações civis a favor da paz, quanto externos – por vários motivos, como falta de planejamento estratégico, desconfianças presentes em ambos os lados, ausência de consenso no grupo representate do Estado, mas também naquele que representava as FARC e por último, a exclusão quase completa da participação civil, – não havendo possibilidade de haver *peacebuilding from below* – o Processo não possuía bases sólidas para se desenvolver de forma positiva beneficiando a sociedade colombiana. (ALVES, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história colombiana, assim como descrita nos tópicos anteriores, foi marcada profundamente pela violência, que ao longo do tempo tornou-se um problema estrutural atingindo principalmente a sociedade civil do país. Inicialmente, causada pelas questões políticas entre dois partidos, – Liberal e Conservador – transformou-se em uma questão armamentista, ligada a grupos insurgentes, paramilitares e a diversas práticas ilegais. Entretanto, a busca pela paz, desde governos como o de Ernesto Samper (1994-1998), vem estando presente na vontade da população e dos próprios governantes.

Mas foi no período da presidência de Andrés Pastrana (1998-2002) que de fato ocorreram iniciativas para a resolução pacífica do conflito. O Processo de Paz, que já fazia parte de sua plataforma política nas eleições de 1998, partia da ação de grupos formados por diversos setores da sociedade – ou seja, “de baixo para cima”. Tal iniciativa aparentemente teria êxito, já que propunha diálogo com as FARC – principal organização gurrilheira – e uma maior atenção às necessidades básicas sociais.

Desse modo, encaixava-se naquilo que os autores adeptos do conceito de Segurança Humana – enquanto teoria das novas agendas de Segurança Internacional – tinham como parâmetro para o sucesso na resolução de conflitos. No entanto, ao longo dos quatro anos de Processo, o que pode se perceber foi uma inversão de ações, onde faltava planejamento estratégico; abertura efetiva ao diálogo por parte do governo e das FARC, que em diversos momentos se abstiveram do seu compromisso; consenso interno em ambos os lados; e, por fim, participação ativa de setores como o empresariado, os grupos nacionais e internacionais pela paz, além da própria sociedade civil da Colômbia. Assim, apesar de conquistas como a “liberação de aproximadamente trezentos soldados e policiais, como resultado de um acordo humanitário” (ALVES, 2005, p.125), a população sofreu fortemente com massacres realizados por grupos paramilitares e ofensivas realizadas pelos próprios membros das FARC, que não pararam suas atividades em nenhum momento durante as negociações – utilizando-se das zonas desmilitarizadas.

Por todos esses pontos apresentados, portanto, constata-se que o Processo de Paz colombiano, foi bastante falho principalmente naquilo que diz respeito às políticas geradoras de Segurança Humana. Ademais, o *peacebuilding from below* observado no momento anterior ao governo Pastrana, não pode ser observado durante as negociações de pacificação. Dessa forma, o fracasso do Processo corrobora que para resolução de um conflito, é necessária – ao

contrário do que retrata a história da Colômbia – a inclusão de toda a sociedade, retirando dela, a cultura, já arraigada, de violência.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcos Celso (2005). **Um mandato para a paz: o ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002)**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio (Orientadora: Mônica Herz).

ARAVENA, Francisco (2008). El Riesgo de la superposición entre las políticas de Defensa y Seguridad. **Nueva Sociedad**, Nº 213, p. 36-49.

BORBA, Pedro; CEPIK, Marco, Ed (2010). **Brasil e Colômbia: Desafios para a Cooperação após Uribe**. São Paulo; Cadernos ADENAUER, p. 77-97.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole, Ed (2003). **Regions and Powers: the structure of international security**. New York: Cambridge University Press.

CASTRO, André Dunham de, Ed (2009). **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

COLLINS, Alan, Ed (2007). **Contemporary Security Studies**. New York: Oxford University Press Inc.

COLOMBIA (1999). **Plan Colombia-Anexo 1: Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado**, publicado em [<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/planof.html>]. Disponibilidade: 23/06/2013.

GALTUNG, Johan (1964). An Editorial. **Journal of Peace Research**. Sage Publications, Vol. 1, Nº1, p. 1-4.

GALTUNG, Johan, Ed (1967). **Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking**. Oslo: International Peace Research Institute.

GUZZI, André Cavalier, Ed (2008). **As Relações Eua-América Latina: Medidas e Consequências da Política Externa Norteamericana para Combater a Produção e o Tráfico de Drogas Ilícitas**. São Paulo: UNESP – UNICAMP – PUC/SP.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. Comisión de La Seguridad Humana (2003). **La seguridad humana, ahora. Esbozo del Informe de la Comisión de Seguridad Humana**. Costa Rica, PNUD.

KALDOR, Mary (2011). Human Security in Complex Operations. **A Journal of the Center for Complex Operations**, Vol. 2, Nº 2, p. 3-14.

KALDOR, Mary; BEEBE, Shannon D., Ed (2010). **The Ultimate Weapon is no Weapon**. New York: Perseus Books.

LOPES, Julio Cesar Da Silva (2009). **O PLANO COLÔMBIA E A AMAZÔNIA BRASILEIRA: Intervenção, Militarização e Defesa na Segunda Metade do Século XX**. Dissertação de Mestrado em História Social, apresentada ao Centro de Letras e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL (Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz).

PARIS, Roland (2001). International Security; Human Security, paradigm shift or hot airs? **International Security**, Vol. 26, Nº 2, p. 87-102.

PÉCAUT, Daniel, Ed (2010). **As FARC: Uma Guerrilha sem fins?** São Paulo: Paz e Terra.

PERALES, José Raúl, Ed (2008). **Reforma de las Fuerzas Armadas en America Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars.

PINHEIRO, Álvaro (2006). Israel, Hezbollah e o Conflito Assimétrico. **Revista Universitas**. Vol.4. Nº1. Brasília.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIAL, H., Ed (2005). **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity Press.

RESTREPO, Luis Alberto (2004). La difícil recomposición de Colombia. **Nueva sociedad**, Nº. 192, jul-ago, p. 46-58.

RESTREPO, J. M. O., Ed (2003), **Urgencias Militares vs. Prioridades Políticas**. In: Rabasa, A. & Chalk, P., **El Laberinto Colombiano – Propuestas para la resolución del conflicto**. Departamento de Publicaciones de la Universidad de Colombia, Bogotá, D.C.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (2011). "Defesa" ou "segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, Vol. 33, Nº 2, p. 407-433.

SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.), Ed (2003). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza.

SORJ, Bernardo (2005). Segurança, Segurança Humana e América Latina. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, Vol.2, Nº3, p. 41-59.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2002) Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional. **Contexto Internacional**, Vol.1, Nº24, pp. 129-166.

VARGAS, Alejo, Ed. (2008). **El papel de las Fuerzas Armadas en la Política Antidrogas Colombiana 1985-2006**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

VISACRO, Alessandro, Ed. (2009). **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Editora Contexto.